

O século XIX e sua crise de identidade: PB ou PE? Uma questão de competição de gramáticas

*The XIX century and its identity crisis: BP or EP?
A question of grammars in competition*

Recebido em 16 de agosto de 2015. | Aprovado em 07 de dezembro de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i2.191>

*Elaine Alves Santos Melo*¹

Resumo: À luz da Teoria gerativa de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), observaremos se as construções com SE são evidências, assim como a colocação pronominal (PAGOTTO, 1993; CARNEIRO, 2005), para apontarmos que o século XIX é um período de competição de gramáticas na escrita de brasileiros. Para tanto, utilizaremos a análise de Raposo e Uriagereka (1996) para as construções com SE, segundo a qual não há SE-passivo, mas apenas SE-indefinido ou SE-genérico que funcionam como sujeito da oração. A amostra é constituída por cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios publicados em jornais cariocas durante o século XIX.

Palavras-chave: construções com SE; ordem; português brasileiro; diacronia.

Abstract: Based on Generative Theory of Principles and Parameters (CHOMSKY, 1981), we will observe whether the constructions with SE are evidence, as well as pronoun placement (PAGOTTO, 1993; CARNEIRO, 2005), to point out that the nineteenth century is a period of grammar competition. Our assumption regards the analysis of Raposo and Uriagereka (1996) for constructions with SE, according to which there is no passive SE, but only indefinite SE and generic SE, which function as the subject of the sentence. The sample consists of letters from readers and editors, as well as newspaper advertisements from Rio de Janeiro during the nineteenth century.

Keywords: SE-constructions; order; Brazilian Portuguese; diachrony.

¹ Doutora em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. elainemelo06@gmail.com.

Apresentação

As construções com SE desde muito tempo vêm sendo discutidas nos trabalhos acerca da sintaxe do Português Brasileiro (doravante PB) e do Português Europeu (doravante PE). A discussão em muitos casos tangencia os conceitos de sentenças ativas x sentenças passivas. Assim, em linhas gerais, há pesquisas que assumem que construções como (01a), em que há concordância entre o DP argumento interno e o verbo transitivo direto são passivas, enquanto que construções como (01b), em que a relação de concordância expressa em (01a) não é observada, são ativas sendo o sujeito da sentença indeterminado (DUARTE; LOPES, 2002; NUNES, 1990). Por outro lado, há também trabalhos, que via análises teóricas (NARO, 1976; RAPOSO; URIAGEREKA, 1996) ou quantitativas na diacronia (CAVALCANTE, 2006; 2011; MELO, 2012), indicam que não há mais construções com SE-passivo. Essas teriam integrado a gramática do português clássico – século XVI a XVII - e não sobreviveram às mudanças que originaram o PB e o PE. Por outro lado, PB e PE, segundo esses autores, também divergem quanto ao tipo de SE que emergiu nas respectivas gramáticas. Enquanto na primeira emerge o SE-genérico, ou seja, aquele presente em sentenças como (01b) em que não há concordância, na segunda, emerge o SE-indefinido, ou seja, aquele presente em sentenças como (01a) em que há concordância entre o DP argumento interno plural e o verbo finito.

- (01) a. Vendem-se casas
b. Vende-se casas

Assumiremos ao longo do trabalho a proposta de Raposo e Uriagereka (1996) e, portanto, não trabalharemos com uma dicotomia SE-passivo x SE-nominativo. Na verdade, o SE no nosso trabalho será sempre tratado como ativo e a discussão será feita no sentido de verificarmos até que ponto os SE-indefinido e SE-genérico estão presentes em textos escritos por brasileiros ao longo do século XIX. E sendo detectada a presença dos dois tipos de SE, se podemos trabalhar com um quadro de competição de gramáticas (KROCH, 1989).

O trabalho que apresentamos está organizado da seguinte forma: nas seções 1.1 e 1.2, são discutidos os trabalhos de Cavalcante (1999), Pagotto (1993) e Carneiro (2005) a fim de ilustrar o fenômeno de competição de gramáticas, no PB, no século XIX, nas construções com SE e na colocação pronominal. A partir da segunda seção, tratamos das “famigeradas” construções com SE (NUNES, 1990), por meio de análises teóricas, bem como quantitativas. Como nosso objetivo é mostrar que nas construções com SE também há evidências para a competição de gramáticas, tomamos além dos argumentos linguísticos a chegada da família Real portuguesa em 1808 como um argumento para explicar o porquê de no século XIX haver dois tipos de construções com SE nos textos jornalísticos cariocas.

1. Evidências da competição de gramáticas no Português do Brasil, no século XIX

1.1 - Evidências da competição de gramáticas nas construções com SE

Cavalcante (1999), em um trabalho que trata das formas de indeterminação do PB, destaca, entre outras variantes, as construções com SE. A autora trabalha com uma amostra de textos impressos em jornais cariocas no período de 1848 a 1998, contemplando, portanto, grande parte do século XIX e todo o século XX. Para tanto, Cavalcante faz uso de três gêneros textuais: artigo de opinião, crônicas e editoriais. A autora apresenta basicamente duas hipóteses para as construções com SE em textos jornalísticos. A primeira é a de que a construção com SE com concordância entre o verbo transitivo direto e o argumento interno será a mais produtiva na amostra, visto ser esta uma pesquisa feita com dados de jornais. A segunda hipótese é a de que, ao longo do tempo, a construção que não apresenta concordância ganhará força e se fixará como a mais produtiva nos jornais cariocas.

Especialmente em relação às construções com SE, Cavalcante (1999) destaca que na variedade escrita mais próxima à norma padrão, os resultados encontrados indicam que havendo a presença do clítico SE diante do verbo finito, preferencialmente, o argumento interno concorda com este. Conforme a autora aponta, construções como “compram-se casas”, “vendem-se apartamentos” correspondem a 93% das ocorrências de sentenças com SE em textos jornalísticos. Além disso, ao longo do tempo, a autora mostra que não há um contexto de mudança que

indique a fixação de uma construção com SE em que o verbo finito não concorde com o seu argumento interno, tal qual “compra-se casas” ou “vende-se apartamentos”.

Além da alta frequência de construções com concordância, os resultados de Cavalcante (1999) mostram também que não há ao longo do tempo uma expansão da frequência de uso da construção sem concordância. Como podemos ver no gráfico 01, a variação entre a frequência de uso de construções como “aluga-se apartamentos” entre a metade do século XIX e o fim do século XX é quase nenhuma. Se em 1848, construções como “aluga-se apartamentos” correspondiam a 12% dos dados, ao final do século XX, a frequência de uso dessa construção é de 11%. Há, portanto, um contexto de variação estável e não um quadro que indique uma mudança na gramática do PB.

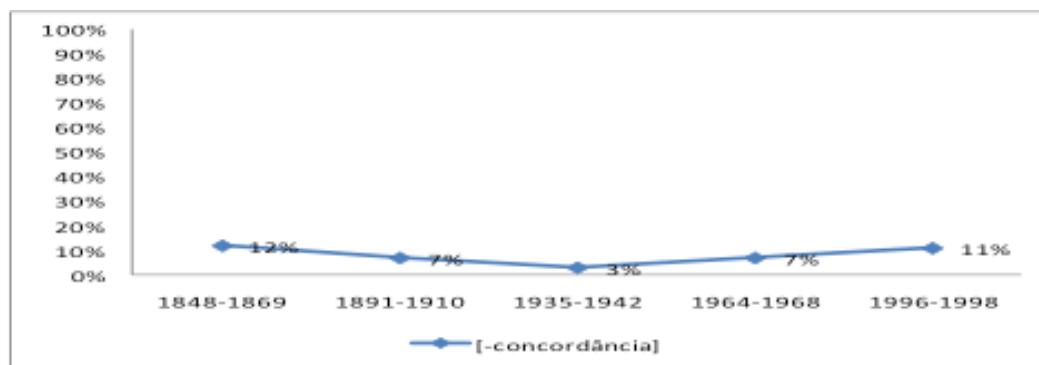


Gráfico 01. Ausência de concordância nas construções com SE em textos jornalísticos do século XIX ao XX (Retirado de CAVALCANTE, 1999, p. 60).

Por outro lado, se a frequência de uso não indica um quadro de mudança nas construções com SE, é necessário acrescentar que existem contextos sintáticos que favorecem a emergência de construções sem concordância entre o DP argumento interno e o verbo finito. Tais contextos, segundo Cavalcante (1999), são: predicadores complexos, (02a), a posição do DP argumento interno (02b) e argumento interno relativizado (02c).

- (02) a. Na discussão **tem-se** geralmente **confundido** essas duas questões, e daí resulta que o debate tem sido um tanto prolongado.” (069,O,I)
 b. “E como já **se presumia** tendências à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta de salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial.” (071,O,V)
 c. “Pode-se admitir que o ministro Fulano ou o general Sicrano sejam pessoalmente boas pessoas, que desejem um sistema representativo e essas coisas bonitas de que sempre se fala, mas (que) nunca **se faz**.” (188,O,IV)

Um fato importante para análise de Cavalcante (1999) é que, ao longo do tempo, a frequência de uso da construção que não expressa concordância não aumenta e, por conseguinte, não é expressa em novos contextos sintáticos. Nesse sentido, ainda que Cavalcante (1999) não trabalhe com o arcabouço teórico relacionado à competição de gramáticas (KROCH, 1989), podemos assumir que se há competição de gramáticas, a construção sem concordância é a que pertence à gramática do PB, visto que esta é a construção inovadora. Entretanto, é preciso ressaltar que não há a curva em S destacada por Kroch (1989) como prototípica dos fenômenos em que há competição de gramáticas. Por hipótese, se a gramática do PB apresenta o SE-genérico, ou seja, a construção sem concordância, o não crescimento da sua frequência de uso deve estar relacionado ao fato da amostra ser de texto escrito e em gêneros textuais mais formais, especialmente, quando falamos dos artigos de opinião e editoriais.

Já que os resultados de Cavalcante (1999) indiciam um contexto de variação no seu uso, embora ainda seja difícil apontar uma questão de competição de gramáticas, a partir da seção 2, discutiremos os resultados obtidos com a nossa amostra de textos jornalísticos a fim de comprovar ou não a hipótese de que nas construções com SE há evidências de competição de gramáticas.

Entretanto, a fim de exemplificarmos a competição de gramáticas, faremos uma breve apresentação de um fenômeno linguístico em que há comprovação empírica de que o PB se diferencia do PE: a colocação pronominal.

Trataremos dos resultados de Pagotto (1993) e Carneiro (2005) apresentando o comportamento dos dados ao longo dos séculos XIX e XX.

Nosso objetivo, na próxima seção, é responder a seguinte pergunta: no que concerne à colocação pronominal, por que o uso da ênclise – a construção do PE – é mais frequente do que o uso da próclise – a construção do PB?

1.2 - Evidências da competição de gramáticas na colocação pronominal

Ao observar a colocação dos clíticos, em textos do século XIX produzidos por brasileiros, Carneiro (2005) encontra uma curva ascendente para a ênclise que é típica do PE (PAIXÃO DE SOUSA, 2004). A autora afirma que esse padrão é resultado de uma forte pressão normativa, oriunda dos bancos escolares, que está pautada na gramática do PE. Para corroborar a análise, Carneiro compara os seus resultados aos de Pagotto (1993) que também trabalha com a variação próclise x ênclise². Ressaltamos que, no período, mais interessante para o propósito de nossa análise, ou seja, o século XIX, utilizamos somente os resultados referentes às produções brasileiras. Ressaltamos também que, na constituição do gráfico 02, tomaremos apenas o contexto que em Carneiro (2005) é chamado de variação I, ou seja, (i) sujeitos não focalizados - V, como em (03), sintagma adverbial - V, como em (04), e sintagma preposicional - V, como em (05).

- (03) Elle **pedio-me** que renovasse o pedido de reserva a Vossa Excelência, neste assumpto, que poderia mais comprometter a sua situação. (Carta 258)
- (04) Hoje **lhe escrevi** com toda a amizade (Carta 59)
- (05) Com efeito **telegraphei lhe**, pedindo socorro para a empreza Viacao em permanente ameaça de liquidação forçada pela falta de pagamentos dos juros dos seus debêntures. (Carta 219)

Como podemos perceber, no gráfico abaixo, em contextos de Variação I, na amostra de Carneiro, há uma forte tendência ao uso da ênclise durante o século XIX, independentemente de o falante ser culto ou semi-culto. Observando os resultados de Pagotto (1993), percebemos que até o início do século XIX, mais precisamente 1825, o uso da ênclise é muito baixo, evidenciando assim que havia uma gramática que preferencialmente era próclítica, mas, entre 1825 e 1875, a ênclise tem um aumento considerável na sua frequência de uso, variando de 11% para 45%. Ou seja, o século XIX, tanto nos dados de Pagotto quanto nos de Carneiro, é um período em que a ênclise do Português Europeu é predominante.

Nesse sentido, a expectativa para o século XX seria de que houvesse uma tendência ao contínuo crescimento da construção enclítica, entretanto, os resultados de Pagotto (1993) para a década de 1970, do século XX, indicam que a variante brasileira é a próclise, visto que há uma queda de 71%, em 1925, para 46%, em 1975. Segundo Pagotto (1993), a verdadeira gramática brasileira é a expressa no final do século XX.

² Os dados de Carneiro (2005) foram coletados em cartas de brasileiros do século XIX, nascidos no litoral da Bahia e em zonas urbanas do litoral brasileiro. A amostra de Pagotto (1993) é composta por cartas e documentos oficiais produzidos entre os séculos XVI e XX por brasileiros ou portugueses.

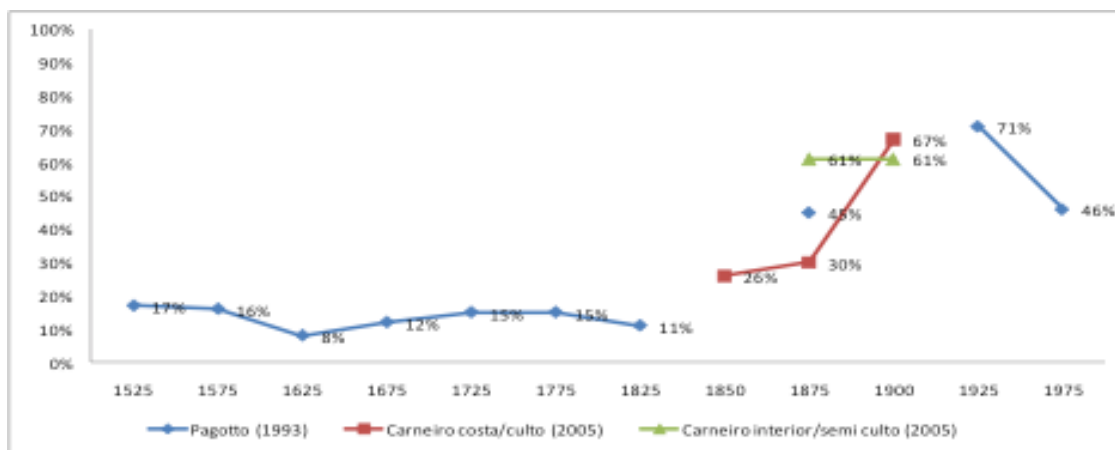


Gráfico 02. Ênclise x Data de produção dos documentos (CARNEIRO, 2005, p. 284).

Mas, então, como podemos abordar a alta frequência de ênclise durante o século XIX em dados de brasileiros? A proposta de Pagotto (1993), que também é defendida por Carneiro (2005), é a de que esse panorama é o resultado da pressão normativa exercida pelos portugueses a partir da chegada da Família Real portuguesa, em 1808, ao Brasil. Carneiro (2005) diz exatamente que: “A alta taxa de ênclise é o resultado de um empréstimo crescente, durante o século XIX, de construções produzidas por uma gramática de maior prestígio, a do português europeu moderno.” (CARNEIRO, 2005). Portanto, esses resultados não revelam a gramática nuclear do PB, mas a fixação de uma gramática periférica tomada do PE, pautada no modelo aprendido na escola, conforme advoga Kato (2005).

2. E as construções com SE?

2.1 - Mas o que a literatura diz sobre as construções com SE?

Em geral, a concordância é tratada como o diferenciador das sentenças indeterminadas e passivas de SE. É esta, por exemplo, a posição defendida por uma série de trabalhos que tomam os pressupostos da Teoria de Princípios e parâmetros (MANZINI, 1986; CINQUE, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1998; DUARTE, 2003; CYRINO, 2007). Nesses trabalhos, as construções com SE, que apresentam concordância, como (06), são tratadas como passivas sendo semelhantes às construções inacusativas em que o argumento interno recebe caso nominativo e exerce a função de sujeito, podendo ocupar a posição estrutural de sujeito [SPEC-TP] ou estar ligado a ela por meio de uma cadeia. Entretanto, sentenças como (07) em que não há concordância são classificadas como ativas em que o sujeito é indeterminado, sendo representado pelo clítico SE. Ao argumento interno, cabe a função de objeto direto.

- (06) a. **Vendem-se** casas
b. **Alugam-se** casas

- (07) a. **Vende-se** casas
b. **Aluga-se** casas

Por outro lado, há a posição de Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996), que observam outros fatores além da concordância a fim de classificar o clítico SE de sentenças transitivas diretas. Nesse caso, a visão de Raposo e Uriagereka (1996) é a de que o clítico SE, em (06), é indefinido, exercendo a função de sujeito e a sentença é ativa. Em (07), também não há sentenças passivas. Na verdade, o clítico de sentenças como (07) para Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996) é o sujeito da sentença ativa e o argumento interno é um objeto direto, assim como em (06). Vejamos mais detalhadamente as propostas de Naro (1976) e Raposo e Uriagereka (1996).

Naro (1976) apresenta a partir do quadro gerativista-transformacional uma análise diacrônica das construções com SE no português por meio de dados coletados em textos escritos entre os séculos XVI e XX por

portugueses e brasileiros. Para o autor, ao longo do tempo, deixou de haver apenas construções com concordância, como (06), tornando-se também gramaticais sentenças com verbo transitivo direto + SE sem concordância, como (07), especialmente na gramática do Português Brasileiro. O autor dá às construções sem concordância o nome de SE-impessoal. Nas sentenças com SE-impessoal, a posição de sujeito é ocupada pelo clítico SE, que é um argumento com traços [+indefinido]. Além disso, sentenças com esse tipo de clítico não permitem a superficialização do sintagma agentivo ao contrário do comportamento observado em sentenças passivas analíticas conforme mostram os exemplos em (08a) e (08b).

- (08) a. *Os jovens foram levados* pelo pai para casa.
b. *Os jovens foram levados* para casa.

Por outro lado, Naro (1976) afirma que no século XVI, portanto, no português clássico, construções com SE em que havia a concordância entre o DP argumento interno e o verbo finito permitiam a superficialização de um argumento externo na forma de um agente da passiva. Exemplos como os expressos em (09) são o indício de que há SE-passivo no português clássico.

- (09) a. **Vendem-se** estas casas [-]Agente da passiva. (NARO, 1976, p. 780)
b. "...o mar remoto navegamos que só dos feos focasAgente da passiva **se navega**...(Lus, I, 52)" (NARO, 1976, p. 781)

No que concerne às sentenças com SE-impessoal, como (07) e (10), Naro afirma que estas seriam uma inovação da gramática do século XVI. A nova construção além de não poder ter a superficialização do sintagma agentivo e de ter um sujeito [+humano] e [+indefinido] apresenta certas restrições quanto ao tipo de verbo. Elas não ocorrem com verbos impessoais e com verbos que não podem ter um sujeito humano. Para sintetizar, segundo Naro (1976), as principais características do SE-impessoal são: [-definido], [+humano], [3ª pessoa], [+clítico], [+nominativo].

- (10) **Vende-se** casas (NARO, 1976)

Segundo Naro (1976), as sentenças com SE-impessoal emergem a partir da reanálise das construções com SE-passivo. A reanálise se dá a partir do momento em que passam a existir dois tipos de construções: o primeiro tipo, expresso em (09) e (11), é aquele em que há concordância entre o DP argumento interno e o verbo no plural ou no singular, além da presença de um agente da passiva. Por outro lado, o segundo tipo de SE é aquele presente em construções sem concordância e sem a superficialização do agente da passiva, conforme (10).

- (11) a. Como **Josep se conheceu pelos irmãos**Agente da passiva. (séc. 14, NARO, 1976, p. 789)
b. o mar remoto navegamos, que só dos feos focasAgente da passiva **se navega** (séc. 16, NARO, 1976, p. 781)

Para Naro (1976), a mudança que faz emergir a construção com SE-impessoal ocorre na passagem do século XIV para o XV. A reanálise, segundo Naro, consiste na interpretação do argumento interno de sentenças como (12) como o objeto da oração, sendo a função de sujeito exercida pelo clítico SE. Para Naro (1976), exemplos ambíguos como (13) são a motivação para o processo de reanálise do SE-passivo em SE-impessoal. Em sentenças como (13), não há a presença do sintagma agentivo, mas há concordância entre o verbo e o argumento interno. Além disso, o sujeito está à direita do verbo numa posição prototípica de objeto. É a convergência desses três fatores que permite ao argumento interno ser interpretado como objeto da oração, dando a ela um estatuto de sentença ativa com sujeito impessoal.

- (12) **Vende-se** casas

- (13) e porém **se lee** este evangelho [-]Agente da passiva na festa da trindade (NARO, 1976, p. 802)

Vista a proposta de Naro (1976), vamos observar a análise de Raposo e Uriagereka (1996). São vários os argumentos que os autores enunciam como evidências para tratar este DP como objeto, mas nos deteremos a apenas dois deles que já trazem em si o raciocínio empregado: (i) a posição pré-verbal nas sentenças infinitivas; (ii) os nomes nus.

Tratemos, primeiramente, da posição pré-verbal nas sentenças infinitivas, mas para tanto comparemos os exemplos em (14) que representam sentenças não finitas (14a-d) e finitas (14e-f). Observe que o DP “documentos” pode ser anteposto em sentenças não finitas passivas analíticas, mas jamais, como demonstra a agramaticalidade de (14d), em sentenças com SE-indefinido. Ao mesmo tempo, a sua anteposição é possível, nesse mesmo tipo de sentença, quando o verbo está sob a forma finita, tal qual (14e). Este fato, segundo os autores, indica que no PE, há duas posições à esquerda do verbo finito [SPEC-FP] e [SPEC-TP] das quais a primeira codifica informações relacionadas ao estatuto informacional dos sintagmas e a segunda é a responsável pela checagem do caso nominativo, sendo, portanto, a posição ocupada pelo sujeito. Nas sentenças não finitas, a agramaticalidade de (14d) ocorre porque só há uma posição à esquerda do verbo: [SPEC-TP] que só pode ser ocupada pelo sujeito da oração. Em (14f), observemos que a anteposição do DP também torna a sentença agramatical pelo mesmo motivo de (14d), ou seja, o fato de ser esta uma construção não finita. Observe-se finalmente que (14a) é gramatical porque o DP objeto está *in situ*.

- (14) a. Vai ser difícil os tribunais **aceitarem** os documentos.
 b. Vai ser difícil os documentos **serem aceitos**.
 c. Vai ser difícil **aceitarem-se** os documentos.
 d. *Vai ser difícil os documentos **aceitarem-se**.
 e. Vai ser difícil que *esses documentos* o tribunal (os) **possa aceitar**
 f. *Vai se difícil *esses documentos* os tribunais **aceitarem(-nos)**

Outro argumento dos autores está relacionado aos nomes nus, pois no PE, estes só podem ocorrer na posição de tópico se o seu referente for o objeto da oração. Nas sentenças abaixo, podemos observar que quando há anteposição do DP da passiva analítica, (15a), a leitura é agramatical. Entretanto, quando a anteposição ocorre numa sentença com SE-indefinido, (15b), há gramaticalidade, assim como em (15c) em que há um objeto direto. É importante ressaltar que, nesse caso, para um falante do PB, a sentença (15a) não é agramatical, pois nesta gramática, DPs nus podem ocupar a posição de sujeito.

- (15) a. **Salsichas* **são compradas** no Talho Sanzot
 b. *Salsichas*_i, **vendem-se** [-]_i no Talho Sanzot
 c. *Salsichas*_i, o Nestor **compra** [-]_i no Talho Sanzot

Esses dois testes mostram que DPs sujeitos e DPs objetos se comportam de modo distinto no PE quando consideradas as construções com topicalização. E, quando ocorre SE-indefinido, as restrições que atuam sobre a posição do DP sempre o aproximam do comportamento observado nos objetos diretos:

- o DP das construções com SE-indefinido e os objetos diretos não podem ser antepostos em sentenças não finitas o que é possível quando a relação gramatical é a de sujeito;
- em construções com nomes nus, ou seja, aquelas que não apresentam determinantes, os DPs objetos diretos e o das construções com SE-indefinido, no PE, podem ser antepostos, mas há uma restrição sobre a anteposição de DPs sujeitos nesse tipo de estrutura.

Vemos, então, que a ordem dos constituintes inviabiliza a afirmação de que sentenças como (14) e (15) são passivas. Na verdade, os DPs destacados se comportam como objetos diretos e não como sujeitos. Como dito, quando há anteposição, eles ocupam uma posição periférica [SPEC-FP] que contém os traços relacionados ao estatuto informacional do sintagma.

Em síntese, podemos dizer que defenderemos, seguindo Raposo e Uriagereka (1996) e alguns resultados quantitativos (CAVALCANTE, 2006; 2011; MELO, 2012a; 2012b), a posição de que o clítico SE diante de verbo transitivo direto, que concorda com o argumento interno, é indefinido. Por outro lado, se o clítico estiver diante de um verbo transitivo direto, que não concorda com o argumento interno, ele será tratado como genérico. Em ambos os casos, as sentenças são ativas.

2.2 - A análise dos dados: as construções com SE no século XIX revelam um quadro de competição de gramáticas?

Já tendo sido apresentadas as discussões na literatura acerca da construção com SE e da questão da competição de gramáticas no Brasil do século XIX, é preciso discutir os nossos resultados a fim de colaborar com mais uma pesquisa sobre as diferenças entre as sintaxes do PB e do PE. Na verdade, o que nos propomos a fazer é discutir a relação entre a frequência de uso do SE-indefinido *versus* a frequência de uso do SE-genérico em dados de cartas de leitores, cartas de redatores e anúncios escritos por brasileiros durante o século XIX. Ao total, trabalhamos com 50 dados em que o DP argumento interno está no plural, distribuídos da seguinte forma: 34 dados de SE-indefinido e 16 dados de SE-genérico. A análise que propomos perpassa pela frequência de uso de cada uma das construções, mas também por uma análise qualitativa dos dados e a comparação dos resultados com os obtidos por Cavalcante (1999) para as construções com SE e por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) para a colocação pronominal. Passemos, então, para a análise dos resultados nas sentenças finitas com SE em que o DP está no plural. Observemos a tabela 01.

	Anteposto		Posposto		
	N	%	N	%	
Concorda	3	100%	31	70%	
Não Concorda	0	0%	16	30%	
Total	3		47		50

Tabela 01. Concordância em sentenças finitas com SE-indefinido/genérico.

A primeira observação que podemos fazer é a de que com o DP anteposto não há falta de concordância, portanto, há apenas SE-indefinido. Entretanto, quando o DP está posposto ao verbo finito, há dados que evidenciam construções sem concordância, portanto, SE-genérico. Conforme observamos na tabela 01, a frequência de construções com SE-genérico é de 30%, ou seja, a amostra de cartas de redatores, de leitores e anúncios do PHPB revela um quadro em que a construção com SE-indefinido é mais frequente do que a construção com SE-genérico, correspondendo a 70% dos dados. Se, conforme Cavalcante (2006) o SE-indefinido é um clítico da gramática do PE, há, em nossa amostra de textos escritos em jornais cariocas por brasileiros do século XIX, mais dados que refletem a gramática PE do que a gramática do PB.

De fato, os resultados expostos na tabela 01 levantam algumas questões importantes acerca das construções com SE:

- Estariam as construções com SE, na nossa amostra, evidenciando também um quadro de competição de gramáticas, tal qual o observado por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) para a colocação pronominal?
- Estamos de fato diante de duas gramáticas que estão em competição? Ou estamos diante de um contexto de pressão normativa que faz com que a frequência de uso da construção pertencente à norma culta do PE seja mais frequente?

A fim de responder a essas perguntas, façamos uma análise qualitativa dos dados. Propomos observar, primeiramente, os dados sem concordância a fim de evidenciar os traços da gramática do PB e, posteriormente, os dados com concordância. Vejamos, inicialmente, alguns exemplos de construções com SE-genérico em (16). Nos exemplos em (16), observemos que em (16a) há um caso em que a concordância é facultativa, pois há coordenação de DPs no singular e, por isso, seguindo a tradição gramatical o verbo pode ser conjugado no singular e no plural. Ao mesmo tempo, o exemplo em (16b) é de uma sentença em que o autor do anúncio produz uma hipercorreção, estabelecendo uma relação de concordância não com o sintagma “a lista”, mas com o seu adjunto adnominal “todos os senhores”.

- (16) a. **Compra-se ouro, prata e brilhantes**; na rua Sete de Setembro número 229, loja de Ourives. (Anúncios, *Jornal do Commercio*, 04 de outubro de 1881)

b. Anuncia-se a sahida do 2º. Tomo das Memorias Historicas do Rio de Janeiro por Monsenhor Pizarro para que possão os Senhores subscritores procurá-lo nos lugares , sem que fizerão as suas Assignaturas. Ficão no prelo os Tomos 3º , 4º , 5º , que sahirão com a brevidade possível; e no 6º, e 7º **se publicarão a lista de todos os Senhores**; que cooperarão para a impressão da Obra com a sua subscrição, a qual ainda continua nos lugares de costumes. (Anúncios, Gazeta do Rio de Janeiro, 1821)

De fato, o baixo número de dados com SE-genérico nos permite fazer uma análise mais detalhada dos contextos sintáticos em que essa construção ocorre. Na verdade, nas 16 sentenças com SE-genérico, encontramos 3 contextos sintáticos específicos que favorecem a falta do concordância no PB: predicadores complexos (17a-b); distância entre o verbo transitivo e o argumento interno (17c); e a posposição do DP (17a-e).

- (17) a. Mas, Sr. Redactor, eu disse que não dou credito a esta noticia; e eis aqui a rasão. Tem sido governadores das armas da corte alguns Brasileiros natos, e muitos adoptivos; e se estes, a quem **se poderia revelar algumas recordações** do lugar do seo nascimento, nunca tiverão semelhante lembrança , como hei de crêr que a tivesse o Sr.Chagas, Brasileiro nato. (Carta de leitor, O Cidadão, 29 de Março de 1838)
- b. Ourivesaria Halphen
Para evitar falsificações e usurpações de nome, **deve-se exigir os dous carimbos juntos**. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- c. Companhia Sorocabana
Paga-se no New London and Brazilian Bank Limited *os juros vencidos* hoje dos debentures 50 e os debentures sorteados. Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1881 – F.P. Mayrink, presidente. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- d. **Fornece-se comidas** para fóra, de casa de familia, com proptidão e asseio, tanto á portuguesa como á brasileira, mandando-se conduzir em casa; na rua do Rosario, número 46, sobrado. (Anúncios, Jornal do Commercio, 01 de outubro de 1881)
- e. Este macaco antes de ser gente já escrevinhava suas obras a fora as de seu officio isto se sabe pela nota do 3 o N.º em que **se menciona algumas que deu á luz**. (Carta de leitor, O Papagaio, 22 de Junho de 1822)

Os contextos sintáticos que favorecem a emergência do SE-genérico e que foram destacados em (17) são os mesmos elencados por Cavalcante (1999). Em sua pesquisa, Cavalcante também mostra que o uso do clítico SE para indeterminar sofre uma queda na frequência ao longo do tempo, permitindo a emergência na gramática do PB de construções como “não usa mais saia” em detrimento de “não se usa mais saia”. Entretanto, a presença do SE, ainda que com baixa frequência, se mantêm em construções em que não há concordância, ou seja, com o SE-genérico, tal qual encontramos nos dados em (16) e (17).

A comparação dos resultados de Cavalcante (1999) aos que ora apresentamos nesse trabalho lançam a pergunta sobre como no mesmo século XIX podemos encontrar em amostras distintas uma frequência maior de SE-indefinido do que a de SE-genérico. A frequência de SE-indefinido, no século XIX, em nossa amostra, é tão alta, que chega a ser categórica quando o DP está anteposto e a ter uma frequência de 70% em contextos de DP posposto, conforme a tabela 01.

No que concerne à análise qualitativa dos 31 dados de DP posposto com concordância, ou seja, de SE-indefinido, destacamos que estes foram encontrados nos mesmos contextos em que há SE-genérico, ou seja, predicador complexo e distância entre verbo finito e argumento interno, como podemos ver nos exemplos em (18). Observemos que, em (18a), há entre o verbo finito e o DP argumento interno um adjunto. Esse contexto é semelhante ao observado em (17c) onde também há entre o verbo e o argumento interno um adjunto adverbial. Do mesmo modo, em (18b), apresentamos um dado em que há um predicador complexo, tal qual podemos observar acima em (17a-b).

- (18) a. E no entanto, Snr. Redactor, a settima impostura, digo, postura da Il. ma Camara diz o seguinte – **Far-se-hão** longe da cidade *todos os depositos de animaes destinados á alimentação*, ficando inteiramente vedado aos particulares, que conservem taes animaes em áreas ou pequenos quintaes.(Carta de Leitor, O Despertador Municipal, 8 de Março de 1850)
- b. por isso que, declarando-se logo no principio do artigo contra-Alma e divindade – se declarou contra o senso commum: combateu os dois Dogmas, que **se podem chamar os Dogmas do genero humano**.(Carta de Redator, O Cathólico, 24 de Fevereiro de 1838)

Em síntese, o que os resultados parecem apontar é que havia no século XIX contextos sintáticos em que poderia ser ou não estabelecida uma relação de concordância entre o verbo finito e o DP argumento interno em

construções com SE. Seguindo a análise de Cavalcante (1999), podemos dizer que a gramática do PB fixará a construção em que não há concordância, ou seja, o SE-genérico. A competição de gramáticas no século XIX pode ser comprovada quando observamos, além dos dados em (16-18), o dado expresso em (19) que evidencia uma sentença em que são produzidos ao mesmo tempo SE-genérico e SE-indefinido. Observe que na sentença abaixo, a concordância se faz com o DP anteposto, em uma posição de tópico, que é evidenciada pela vírgula, além disso, há dois verbos finitos coordenados: o primeiro está no plural e, portanto, concorda com o DP argumento interno na posição de tópico, por outro lado, o segundo verbo está no singular e também tem como argumento interno o DP plural alçado para a posição de tópico da sentença. Portanto, em “compram-se”, há um SE-indefinido, enquanto que, em “vende-se”, há um SE-genérico.

- (19) *Ballanças, pesos, medidas, vasilhas de tabernas, de boticas, ferros velhos, metaes, ditos novos e usados, **comprão-se [-]; e vende-se [-];** na rua do Conde D’Eu número 146, em frente ao portão do chafariz do Lagarto. (Anúncios, Diário de Notícias, 12 de julho de 1869)*

Os resultados apresentados até esse momento deixam no ar a pergunta sobre o comportamento desses tipos de SE, ao longo do tempo. Enquanto os resultados de Cavalcante (1999) apontam para a emergência do SE-genérico no PB exatamente no final do século XIX e início do século XX, os resultados desta pesquisa parecem indicar que no século XIX, em textos escritos por brasileiros, há predomínio do SE-indefinido.

Por outro lado, ainda que tenhamos apresentado o quadro acima em que há essa competição de gramáticas entre o SE-genérico e o SE-indefinido, nossos resultados, até esse momento, não permitem afirmar qual a construção que ao final do século XIX é mais frequente em cartas de leitores, redatores e anúncios escritos por brasileiros. Ou seja, ainda nos falta apresentar os resultados na diacronia. Por hipótese, seguindo Cavalcante (1999), esperamos que ao longo do tempo haja uma queda na frequência de SE-indefinido, visto que a construção que é fixada pela gramática do PB, conforme destacamos, é o SE-genérico.

Ao contrário da hipótese que estabelecemos, os resultados da tabela 02, que também estão representados no gráfico 03, indicam que as construções que apresentam o SE-indefinido passam a ser mais frequentes ao longo do século XIX. Enquanto na primeira e na segunda fase da amostra, ou seja, entre 1808-1840 e 1841-1870, há o predomínio do SE-genérico com, respectivamente, 62% e 66% dos dados, na terceira fase, ou seja, entre 1871-1900, portanto, no período mais próximo à emergência da gramática do PB, o SE-indefinido alcança a maior frequência de uso estando presente em 81% dos dados.

	1808-1840		1841-1870		1871-1900		
	N	%	N	%	N	%	
SE-genérico	5	62%	5	66%	6	19%	
SE-indefinido	3	38%	4	44%	27	81%	
Total	8		9		33		50

Tabela 02. A competição entre o SE-indefinido e o SE-genérico ao longo do tempo.

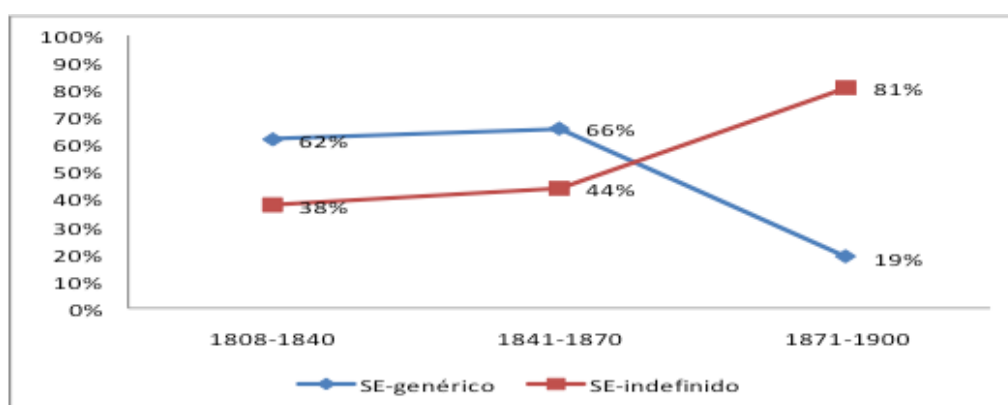


Gráfico 03. A competição entre o SE-indefinido e o SE-genérico ao longo do tempo.

Na observação da tabela 02 e do gráfico 03, três pontos precisam ser destacados: (a) o aumento da frequência de SE-indefinido; (b) a frequência inicial das duas construções e a relação desta com a chegada da família real portuguesa em 1808; (c) a comparação dos resultados acerca da competição de gramáticas entre PB e PE evidenciada a partir das construções com SE com os obtidos, por exemplo, por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) no que concerne ao sistema de colocação pronominal do PB. Vejamos o primeiro ponto.

É nítida, no gráfico, a curva ascendente do SE-indefinido que contraria a hipótese inicial, visto que, da forma como o gráfico se apresenta, a expectativa era a de que o SE-indefinido estivesse presente na gramática do PB, pois, no último período do século XIX, a frequência desse tipo de SE ultrapassa 80%. A mudança na frequência de uso do SE-indefinido parece pequena na passagem da primeira para a segunda fase, mas já representa um aumento de aproximadamente 20% quando feito o cálculo considerando a variação apenas entre os índices obtidos nas duas primeiras fases. A variação entre a segunda e a terceira fase é ainda maior de aproximadamente 85%. Então, a pergunta que fica diante dessa distribuição é como que os falantes do PB internalizam o SE-genérico e não o SE-indefinido. Vamos observar o segundo ponto para verificar se ele nos revela como esse paradoxo pode ser desfeito.

O segundo ponto que destacamos é: “a frequência inicial do SE-indefinido e do SE-genérico e a relação desta com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a gramática do Português Clássico”. Tratemos, primeiramente, do Português Clássico.

Algumas pesquisas (CAVALCANTE, 2006; MARTINS, 2009; GALVES; NAMIUTTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2005) têm defendido que, ao contrário do que inicialmente foi postulado, a gramática do PB é “filha” do Português Clássico, assim como a gramática do PE. A primeira evidência para esta constatação é a de que quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, século XVI, na periodização da Língua Portuguesa, havia a gramática do Português Clássico. Nesta gramática, o padrão de colocação pronominal é a próclise, assim como no PB atual. Em contrapartida, sabemos que no PE, há a preferência pela ênclise. Ou seja, o uso da próclise no PB parece ser um resquício da gramática do Português Clássico. No que concerne às construções com SE, segundo Cavalcante (2011), havia no Português Clássico três tipos de SE: o passivo (com baixíssima frequência), o genérico e o indefinido.

Para Cavalcante (2011), a baixa frequência de SE-passivo, nunca superando 10%, tornou inviável que os dados de *input* fossem robustos o suficiente para serem adquiridos. Entretanto, era alta a competição entre os dois outros tipos de SE. O que ocorreu, para Cavalcante (2006; 2011), foi que o PB fixou a construção com SE-genérico, enquanto que o PE, também como “filha” do Português Clássico, fixou o SE-indefinido.

A distribuição do SE-indefinido na gramática do PE e do SE-genérico na gramática do PB explica porque, no início do século XIX, o SE-genérico é majoritário nas cartas de leitores, redatores e anúncios. Nessa época, estavam no Brasil escravos, europeus, filhos de europeus que tinham internalizado a gramática trazida para terras americanas em 1500 e que já havia se diferenciado da adquirida na Europa. É a chegada da Família Real, em 1808, que altera drasticamente esse cenário.

A Família Real portuguesa trouxe consigo a criação da imprensa brasileira e uma corte repleta de portugueses que já traziam internalizada a gramática do PE. Eles eram os detentores das normas do bem falar e escrever, portanto, as crianças deveriam adquirir/aprender a língua falada por eles, assim como nos jornais deveria haver um processo de edição baseado no Português Europeu e não no Português falado no Brasil. É nesse sentido que podemos explicar o aumento aceleradíssimo da frequência de SE-indefinido, ou seja, a chegada dos portugueses trouxe o SE-indefinido para os jornais cariocas, que, ao longo do século, monitoraram o discurso para evitar a presença do SE-genérico. O monitoramento não impede, entretanto, que em algumas construções a gramática do PB seja saliente. Os dados em (14-17) revelam a competição entre as gramáticas do PB e do PE nos textos escritos.

Por fim, podemos pensar no último tópico levantado: a comparação dos resultados acerca da competição de gramáticas entre PB e PE, evidenciada a partir das construções com SE, com os obtidos por Pagotto (1993) e Carneiro (2005) no que concerne ao sistema de colocação pronominal do PB.

Como visto na seção anterior, os resultados de Pagotto e Carneiro demonstram a competição entre gramáticas no Brasil do século XIX, quando considerada a colocação pronominal. Já vimos, ao longo desta seção, que também há competição entre gramáticas quando observamos as construções com SE. Mas, talvez, seja interessante compararmos as frequências obtidas entre as amostras de Pagotto (1993), Carneiro (2005) e deste trabalho. Vejamos o gráfico 04 em que apresentamos essa comparação.

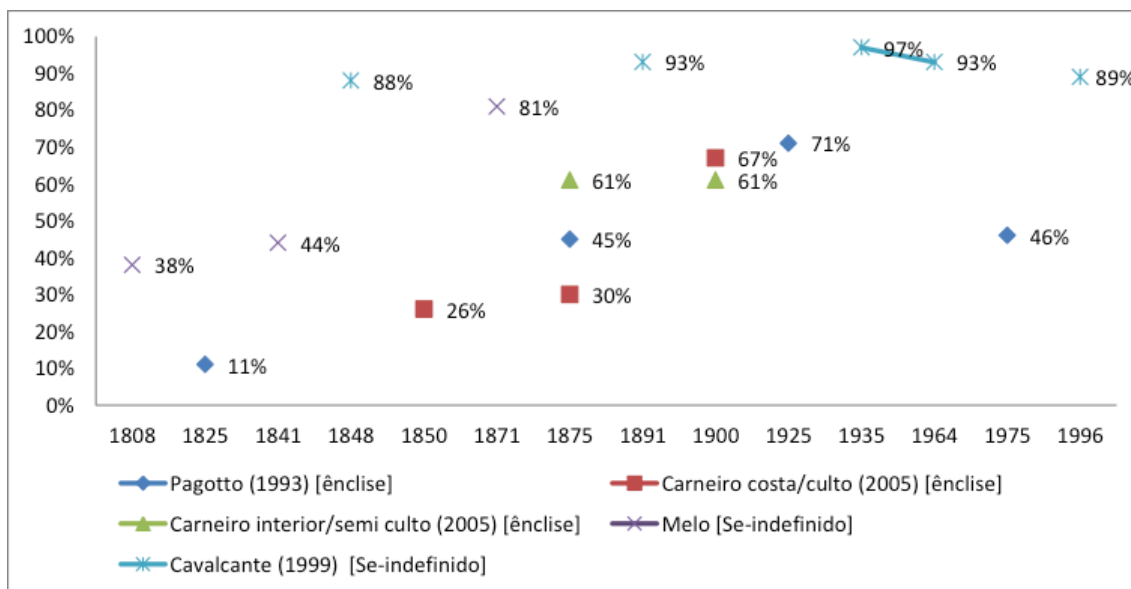


Gráfico 04. Dois fenômenos distintos: concordância nas construções com SE e ênclise na colocação pronominal ao longo dos séculos XIX e XX em textos escritos por brasileiros³.

Podemos observar no gráfico 04 que, no início do século XIX, tanto nas construções com SE quanto na colocação pronominal havia o predomínio das estruturas que, posteriormente, se fixariam como da gramática do PB. Mas com a chegada da Família Real, nos dois contextos, percebemos o aumento da frequência da estrutura codificada no PE. E é interessante observarmos que, na última metade do século XIX, ou seja, depois da constituição de uma geração pós-chegada da Família Real, as frequências de ênclise e de SE-indefinido atingem os maiores índices. Nessa época há de se destacar que a literatura produzida no Brasil tinha ares europeus, principalmente na codificação da norma escrita.

Além disso, deve-se destacar que a amostra deste trabalho e a de Pagotto (1993) são constituídas por textos impressos que podem ter sofrido um processo de edição à luz das normas prescritas pela gramática lusitana do século XIX. A amostra de cartas de Carneiro (2005), mesmo que não tenha sofrido edição, tem, no mínimo, as marcas indiretas da pressão normativa, visto que tanto cultos quanto não cultos, ao final do século XIX, produzem muito mais ênclise do que próclise.

Considerações Finais

O século XIX é, portanto, um período em que há uma grande crise de identidade que pode ser representada pela competição entre as gramáticas do PB e do PE. Quando pensamos nos fatores extralinguísticos que constituem o Brasil oitocentista, encontramos respaldo para fazer algumas afirmações linguísticas. O Brasil era, nesse período, uma colônia portuguesa e como tal seguia as normas que regulavam a escrita lusitana. Os resultados linguísticos que apresentamos neste trabalho mostram que construções sintáticas típicas da gramática do PE eram encontradas com alta frequência em textos de brasileiros escolarizados do século XIX. É evidente que os padrões de ênclise, bem como o de concordância nas construções com SE, não refletem a gramática do PB. Na verdade, eles são o produto da pressão normativa que havia no Brasil do século XIX. Tal pressão era, sem dúvida, oriunda do “desejo” de aproximação da língua da colônia à língua da metrópole, em um período em que o Brasil ainda engatinhava na tentativa de se consolidar como uma nação independente do povo colonizador.

³ Os resultados apresentados no gráfico 04 com a legenda Melo [Se-indefinido] correspondem aos mesmos índices observados no gráfico 03 deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Zenaide Novaes. *Cartas da Bahia (1809-1907)*: um estudo filológico-linguístico. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2005.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. *A indeterminação do sujeito na escrita padrão*: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. As construções com "SE" na história do português: o "SE" passivo é passivo? In: XVI Congresso Internacional da ALFAL, 2011, Alcalá de Henares. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, v. 1. p. 1-10, 2011.
- _____. *O se com infinitivo na história do português*, do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2006.
- CINQUE, Guglielmo. On si constructions and the theory of arb. *Linguistic Inquiry*, 19, p. 521-581, 1988.
- CYRINO, Sônia. Construções com SE e promoção de argumentos no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*, v. 6, p. 85-116, 2007.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen. Impersonal si Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry*, 29, p. 399-437, 1998.
- DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 275-320.
- DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria; MATOS, Gabriela. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, M. H. M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Construções com se apassivador e indeterminador. In: ALKMIM, Tânia (Ed.). *Para a História do Português Brasileiro*: Novos Estudos, volume III, São Paulo, SP: Humanitas, 2002. p. 155-176.
- _____.; LOPES, Celia Regina dos Santos. Realizaram, realizou-se ou realizamos? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. In: *Notícias de corpora e outros estudos*, volume IV de *Para a história do Português Brasileiro*, Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS, FAPERJ, p. 155-165, 2002.
- GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO de SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHAFFER-PRIET, Barbara (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2005. p. 45-75.
- KATO, Mary. A. A contribuição chomskiana para a compreensão da aprendizagem de L2. In: *Trabalhos em Linguística aplicada*. Campinas, v. 44, n 2, p. 185-199, 2005.
- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. In: *Language Variation and Change*. Cambridge University Press, 1989.
- MANZINI, Maria Rita. *Syntax and semantics: the syntax of pronominal clitics*. Florida: Academic Press, 1986.
- MARTINS, Ana Maria. Construções com se: mudança e variação no português europeu. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Eds.). *Razões e Emoções: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. volume 2, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003. p. 163-178.
- MARTINS, Marco Antonio. Variação e mudança na sintaxe como competição de gramáticas. *Investigações (UFPE)*, v. 22, p. 65-87, 2009.
- MELO, Elaine Alves Santos Melo. *Construções com SE*: evidências da emergência da gramática do Português Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- _____. "Balanças, casas, sofás, vendem-se, compram-se na loja do seu Manuel!": tradições discursivas e a gramática de anúncios e cartas de leitores cariocas do século XIX. In: XVI Congresso Internacional da ALFAL, 2011, Alcalá de Henares. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, v. 1. p. 11-20, 2012.
- NARO, Anthony Julius. The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language*, 52:4, p. 779-810, 1976.
- PAGOTTO, Emílio. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, 1993. p. 185-206.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da linguagem, Unicamp, Campinas, 2004.
- RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14, p. 749-810, 1996.
- SANKOF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. *GoldVarb: A multivariate analysis application for Windows*. University of York: Department of Language and Linguistic Science and Computer Services, 2001.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d"aquém e d"além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, 1993. p. 69-105.